



A OTAN

no século XXI

Índice



4-5 Responder aos novos desafios da segurança



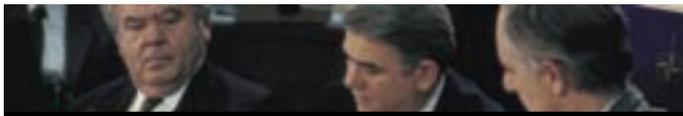
6-7 As origens da Aliança



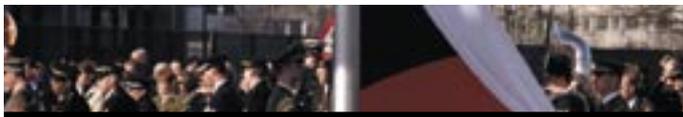
8-9 O fim da Guerra Fria



10-11 Como funciona a OTAN?



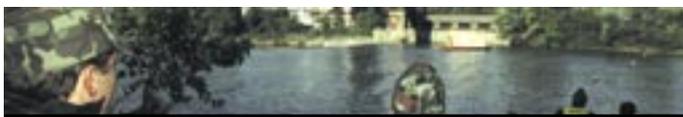
12-13 Promover a segurança através de parcerias



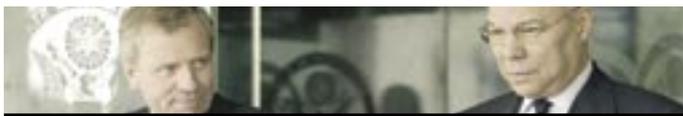
14-15 O alargamento da OTAN



16-17 A OTAN nos Balcãs



18 As outras actividades da OTAN



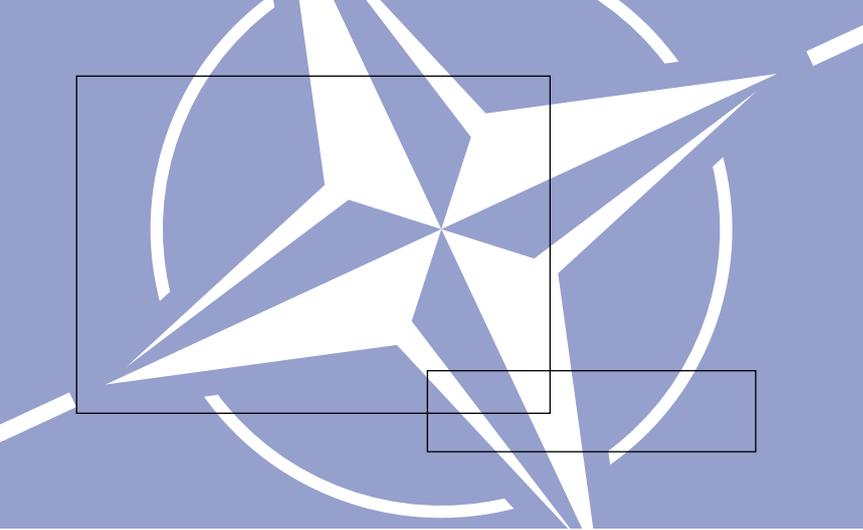
19 O vínculo transatlântico



20-21 Transformar a Aliança



22-23 Rumo ao futuro

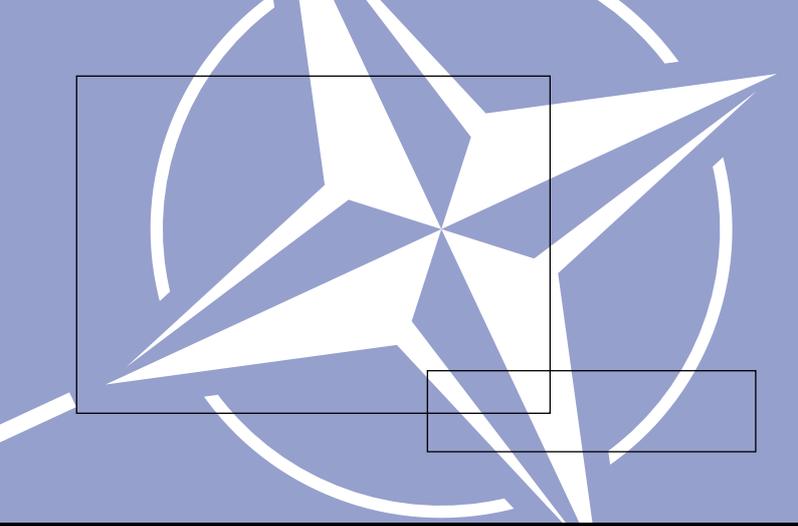


A *Aliança atlântica*

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) consubstancia o elo transatlântico que une a Europa e a América do Norte numa aliança única de defesa e segurança. O objectivo essencial e permanente da OTAN, estabelecido no Tratado de Washington, é garantir a liberdade e a segurança de todos os seus membros por meios políticos e militares. Com este fim, a OTAN tem assegurado a defesa colectiva dos seus membros desde a sua fundação em 1949. Também tem actuado como um fórum essencial de consultas sobre questões de segurança de interesse para os seus membros e como um pilar essencial de paz e estabilidade na área euro-atlântica.

Com o fim da Guerra Fria, a Aliança assumiu novas tarefas fundamentais, incluindo a formação de parcerias de segurança com várias democracias da Europa, do Cáucaso e da Ásia Central. Em resposta às mudanças no ambiente de segurança geral, a Aliança assumiu novas responsabilidades. Estas incluem o enfrentar tanto a instabilidade provocada por conflitos regionais e étnicos na Europa como ameaças com origem fora da área euro-atlântica.

Actualmente, a Aliança está envolvida numa gama cada vez mais vasta de actividades, destinadas a promover a cooperação com a Rússia, a Ucrânia e outros países não membros da OTAN e a enfrentar de forma activa os novos desafios da segurança do século XXI, como os representados pelo terrorismo internacional e a proliferação das armas de destruição maciça. Para se manter eficaz na defesa e promoção da segurança neste novo ambiente de segurança em rápida evolução, a Aliança está empenhada numa transformação, que afecta todos os aspectos da sua agenda, com novas missões, novos membros, novas capacidades, novas parcerias e novas formas de actuar.



Responder aos novos *desafios* da *segurança*

Os ataques terroristas contra os Estados Unidos de 11 de Setembro de 2001 – em que aviões comerciais foram usados como armas de destruição maciça – mostraram a forma como o ambiente de segurança mudou desde o fim da Guerra Fria e a vulnerabilidade da sociedade moderna às novas ameaças à segurança. Em resposta, os Aliados invocaram o Artigo 5 do Tratado de Washington, a disposição de defesa colectiva da OTAN, pela primeira vez, dando apoio político e prático aos Estados Unidos num momento crucial. Além disso, desde então, ajudaram os Estados Unidos na sua resposta aos ataques terroristas e tomaram medidas para reforçar a capacidade da OTAN para enfrentar a ameaça representada pelo terrorismo internacional.

Embora os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 tivessem sido um grande choque para a Aliança, a OTAN tinha começado a adaptar a sua cultura de trabalho para enfrentar a mudança do ambiente de segurança vários anos antes. Em 1999, os Aliados acordaram num novo Conceito Estratégico. Este documento, que define as ameaças à segurança confrontadas pela Aliança e a forma como ela procura enfrentá-las, descrevia os riscos de segurança como “multidireccionais e muitas vezes difíceis de prever” e dedicava atenção especial à ameaça representada pela proliferação das armas de destruição maciça e dos seus meios de lançamento. Também esclarecia que os interesses da Aliança em matéria de segurança poderiam ser afectados por outros riscos de natureza mais vasta, como actos de terrorismo, sabotagem e crime organizado, bem como a interrupção da circulação de recursos vitais.

Para enfrentar tais ameaças, a Aliança tomou uma série de iniciativas visando melhorar as suas capacidades militares e reforçar a cooperação tanto entre membros como com os países Parceiros e outras organizações internacionais. Entre elas, contam-se a Iniciativa das Capacidades de Defesa, um programa de alto nível introduzido em 1999 para actualizar as capacidades militares em resposta ao novo ambiente de segurança; a criação em 2000 dum Centro de Armas de Destruição Maciça, em que os Aliados partilham informação acerca da ameaça das armas de destruição maciça e procuram coordenar as respostas mais adequadas; e o desenvolvimento



A OTAN NO SÉCULO XXI



▲ Reunião do Conselho do Atlântico Norte na Cimeira de Praga

duma Identidade Europeia de Segurança e Defesa no seio da Aliança para permitir aos membros europeus da Aliança assumir maior responsabilidade no domínio da segurança e defesa.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 vieram dar nova urgência a estes esforços. No seu seguimento, a OTAN iniciou uma revisão abrangente das suas actividades e procedimentos de trabalho. Isto culminou num conjunto de reformas, iniciativas e programas aprovados pelos dirigentes da Aliança na Cimeira de Praga em Novembro de 2002. Na mesma altura, 14 Aliados enviaram forças para o Afeganistão em apoio da operação dirigida pelos EUA contra a Al Qaeda, o grupo terrorista responsável pelos ataques, e o Taliban, o regime que o acolhia, bem como da subsequente missão de manutenção da paz, a Força

Internacional de Ajuda à Segurança (ISAF), em Cabul. Além disso, a pedido de países membros desempenhando um papel activo nesta missão e para lhe dar continuidade, a OTAN assumiu a responsabilidade de dirigir a ISAF e está a estudar a possibilidade de outras operações semelhantes fora da área euro-atlântica.

Embora os membros da OTAN, ocasionalmente, não tenham estado de acordo quanto à forma mais apropriada de responder às novas ameaças à segurança, todos reconhecem que tais ameaças podem ter origem fora da área euro-atlântica e que não podem ser resolvidas por uma organização sozinha nem contando com estruturas de defesa concebidas para enfrentar conflitos militares convencionais. Além de trabalhar em conjunto com outras organizações competentes, a Aliança deve, portanto, adaptar-se para enfrentar desafios novos e diferentes. Em consequência, a OTAN deixou de ser uma aliança geograficamente limitada para ser uma aliança que reconhece que as ameaças à segurança já não limitadas em termos de localização e previsibilidade e que está preparada para as enfrentar quando e onde quer que ocorram.

Além disso, para criar um ambiente mais seguro, a OTAN está a estabelecer relações cada vez mais estreitas com organizações internacionais, incluindo a União Europeia, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, as Nações Unidas e mesmo a Organização Mundial da Saúde, e com países não membros, incluindo a Rússia, a Ucrânia e Parceiros tanto da área euro-atlântica como da grande região mediterrânica.



A OTAN NO SÉCULO XXI

As origens da Aliança

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental e a Europa de Leste viram-se separadas por força das divisões ideológicas e políticas da Guerra Fria. A Europa de Leste caiu sob o domínio da União Soviética. Em 1949, 12 países dos dois lados do Atlântico constituíram a Organização do Tratado do Atlântico Norte para se oporem ao risco de a União Soviética procurar estender o seu controlo da Europa de Leste para outras partes do continente.

Entre 1947 e 1952, o Plano Marshall proporcionou os meios necessários para estabilizar as economias da Europa Ocidental. O papel da OTAN como aliança política e militar foi assegurar a defesa colectiva contra qualquer forma de agressão e manter um ambiente seguro para o desenvolvimento da democracia e para o crescimento económico. Nas palavras do então Presidente dos EUA Harry S. Truman, o Plano Marshall e a OTAN eram “as duas faces duma mesma moeda”.

Os membros fundadores da OTAN – Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido – comprometeram-se a defender-se mutuamente no caso duma eventual agressão militar contra qualquer um deles. Ao associar a América do Norte à defesa da Europa Ocidental, a Aliança demonstrava que qualquer tentativa de coacção política e militar contra a Europa Ocidental estaria votada ao fracasso. Simultaneamente, assegurava



▲ A Europa dividida

◀ Míssil da Guerra Fria



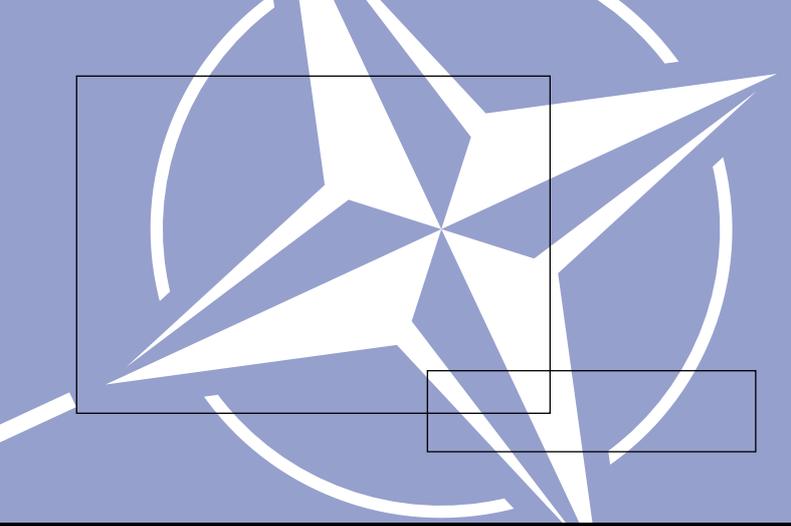
que as políticas de defesa nacional se tornariam progressivamente mais integradas e interdependentes.

No início dos anos 50, os acontecimentos internacionais, que culminaram no eclodir da Guerra da Coreia, pareciam confirmar os receios do mundo ocidental em relação aos planos expansionistas da União Soviética. Em conformidade, os países membros da OTAN aumentaram os seus esforços para desenvolver as estruturas militares necessárias para implementar o seu compromisso de defesa conjunta. A presença de forças norte-americanas em solo europeu, a pedido dos governos europeus, ajudou a dissuadir a União Soviética da ideia de que a agressão poderia ser coroada de êxito. Além disso, com o decorrer dos anos, mais Estados se tornaram Aliados. Em 1952, a Grécia e a Turquia aderiram à Aliança, seguidos três anos depois pela República Federal da Alemanha, e em 1982 pela Espanha.

Graças à Aliança, a Europa Ocidental e a América do Norte não só defenderam conjuntamente a sua independência como também alcançaram um nível de estabilidade sem precedentes. De facto, a segurança proporcionada pela OTAN tem sido descrita como o “oxigénio da prosperidade”, que serviu de base à cooperação económica e à integração europeias. No início dos anos 90, também ajudou a acabar com a Guerra Fria e com ela a divisão da Europa.

▲ Reunião do Conselho do Atlântico Norte em Paris

◀ Assinatura do Tratado de Washington



o fim da *Guerra* *Fria*

Durante a Guerra Fria, o papel e o objectivo da OTAN eram claramente definidos pela existência da ameaça representada pela União Soviética. No início dos anos 90, o Pacto de Varsóvia foi dissolvido por insistência dos países recentemente libertados da Europa de Leste e deu-se o colapso da União Soviética. Com o desaparecimento dos adversários tradicionais, alguns comentadores estavam convencidos de que a necessidade da OTAN também tinha acabado e que a futura despesa da defesa e o investimento nas forças armadas poderiam ser espectacularmente reduzidos.

Após a desintegração da União Soviética, muitos Aliados da OTAN reduziram significativamente a sua despesa da defesa, alguns chegando a baixar 25%. Contudo, as esperanças dum dividendo da paz ainda maior mostraram-se excessivamente optimistas. Depressa se verificou que, embora o fim da Guerra Fria tivesse eliminado a ameaça dum invasão militar, a instabilidade nalgumas zonas da Europa tinha aumentado. Vários conflitos regionais, muitas vezes alimentados por tensões étnicas, eclodiram na ex-Jugoslávia e em partes da ex-União Soviética e ameaçaram espalhar-se. Os países da OTAN rapidamente chegaram à conclusão de que o seu empenhamento na defesa colectiva e na cooperação concretizado através da OTAN continuava a proporcionar a melhor garantia da sua segurança.



A OTAN NO SÉCULO XXI



Além disso, embora a perspectiva duma invasão militar tivesse desaparecido, eram necessárias novas formas de cooperação política e militar para preservar a paz e a estabilidade na Europa e evitar a escalada das tensões regionais após o fim da Guerra Fria. Na verdade, eram necessárias importantes reformas internas para adaptar as estruturas e capacidades militares para novas tarefas, como a gestão de crises, a manutenção da paz e operações de apoio da paz, além de assegurar a continuação da sua aptidão para desempenhar os seus papéis de defesa fundamentais. Em resposta aos novos desafios da segurança, OTAN deixou de ser primariamente uma Aliança firmemente unida com a responsabilidade da defesa colectiva, para se tornar o centro duma parceria de países cooperando estreitamente no domínio mais vasto da segurança.



▲ Controlando um conflito regional

◀ O então Secretário-Geral da OTAN Manfred Wörner com o Presidente soviético Mikhail Gorbachev



Como funciona a OTAN

Um dos aspectos fundamentais para a durabilidade da Aliança é o seu processo de tomada de decisões baseado no consenso. Isto significa que todas as decisões têm que ser tomadas por unanimidade. Em consequência, são muitas vezes necessárias consultas e debates prolongados antes de poder ser tomada uma decisão importante. Embora este sistema possa parecer um tanto ou quanto lento e complexo aos olhos dum observador externo, tem duas importantes vantagens. Primeiro, a soberania e a independência de cada país membro são respeitadas. Segundo, quando uma decisão é tomada, esta conta com o apoio absoluto de todos os países membros e com o seu compromisso de a implementar.

O órgão de tomada de decisões mais importante da OTAN é o Conselho do Atlântico Norte, no qual os países membros são representados por um representante permanente com a categoria de embaixador, apoiado por uma delegação

▲ Preparando a descolagem

◀ Reunião do Conselho do Atlântico Norte



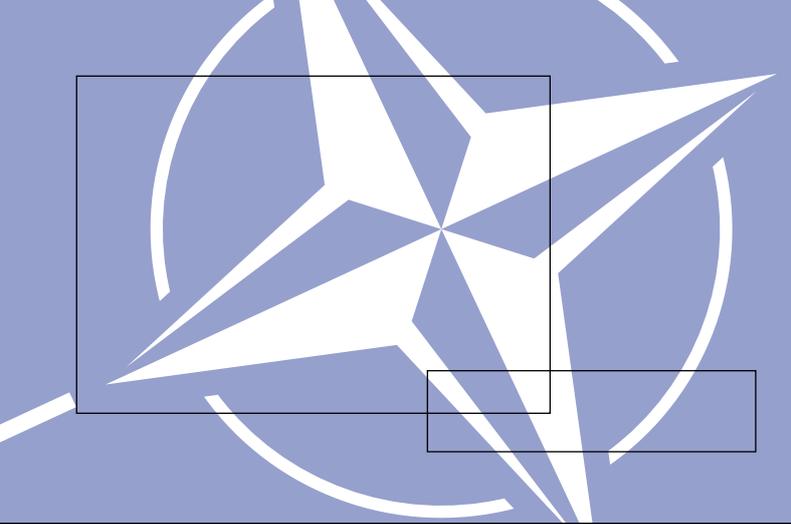
A OTAN NO SÉCULO XXI



nacional constituída por pessoal diplomático e conselheiros de defesa, O Conselho reúne ao nível de embaixadores pelo menos uma vez por semana e usualmente com maior frequência. Também há reuniões regulares do Conselho a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, de Ministros da Defesa e, de tempos a tempos, a nível de Chefes de Estado e de Governo.

A OTAN é dirigida por um Secretário-Geral, nomeado para um mandato de, aproximadamente, quatro anos. O Secretário-Geral é um estadista internacional de créditos firmados, proveniente de um dos países membros da Aliança. Compete-lhe presidir às reuniões do Conselho do Atlântico Norte e de outros órgãos importantes da OTAN e contribuir para a formação de consensos entre os países membros. Na gestão das actividades ordinárias da Aliança, é apoiado por um secretariado internacional, constituído por peritos e funcionários de todos os países da OTAN.

A OTAN não tem forças armadas próprias. A maioria das forças colocadas à disposição da OTAN permanece sob o pleno comando e controlo nacional até serem atribuídas pelos países membros para a realização de uma qualquer tarefa, que tanto pode ser de defesa colectiva com uma das novas missões, como a manutenção da paz e o apoio da paz. Às estruturas políticas e militares da OTAN cabe efectuar o planeamento avançado necessário para permitir às forças nacionais executar estas tarefas, bem como tomar as medidas organizacionais necessárias para o seu comando, controlo, treino e exercícios conjuntos.



Promover a segurança através de parcerias



Muitos dos principais problemas responsáveis pela divisão da Europa durante a Guerra Fria eram resultantes de antagonismos ideológicos, políticos e militares entre o Leste e o Ocidente. Após as espetaculares mudanças que puseram fim à Guerra Fria, a OTAN tomou uma série de iniciativas para reforçar a segurança e a estabilidade mediante a criação de instituições para o diálogo, o estabelecimento de confiança e a cooperação com os antigos adversários, bem como com outros países europeus e países vizinhos da região mediterrânica.

Uma das primeiras medidas neste sentido foi a criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte em 1991. Depois de ter sido designado Conselho de Parceria Euro-Atlântico, tornou-se o principal fórum de consultas e cooperação entre a OTAN e os países não membros na área euro-atlântica.

Em 1994, a OTAN lançou uma iniciativa denominada Parceria para a Paz. Trata-se dum programa concebido para auxiliar os países participantes a reestruturar as suas forças armadas de modo a que estas possam desempenhar o papel que lhes compete numa sociedade democrática e participar nas operações de manutenção da paz dirigidas pela OTAN. Adaptada às necessidades específicas de cada país, oferece possibilidades de cooperação prática em muitos domínios diferentes, e permite aos participantes escolher do programa apenas o exigido pelas suas



▲ Adesão à Parceria para a Paz

◀ Posto de controlo

necessidades em matéria de segurança. As actividades abrangem desde exercícios militares e workshops até seminários e cursos de formação. É dada particular ênfase a tornar as forças militares mais transparentes e sujeitas a uma supervisão e controlo democráticos adequados. A experiência adquirida no âmbito da Parceria para a Paz contribuiu significativamente para a cooperação entre os países que participaram em forças de manutenção da paz como a Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia-Herzegovina e a Força do Kosovo (KFOR).

Em 1995, a OTAN estabeleceu um Diálogo do Mediterrâneo com seis países – Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia – da região do Mediterrâneo. Este programa, ao qual a Argélia aderiu em 2000, visa a criação de boas relações e a melhoria da compreensão mútua com os países da área mediterrânica, bem como a promoção da segurança e da estabilidade regionais. As actividades incluem convites aos países participantes do Diálogo para frequentar cursos na Escola OTAN em Oberammergau, Alemanha, e no Colégio de Defesa da OTAN em Roma, Itália.

Em 1997, a OTAN e a Rússia e a OTAN e a Ucrânia conferiram um carácter mais formal à sua cooperação bilateral. Foram assinados acordos bilaterais entre cada um destes países e a OTAN para estabelecer as bases do seu relacionamento futuro. Foram criados o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia e a Comissão OTAN-Ucrânia como forma de facilitar as consultas e debates regulares sobre assuntos de segurança. Os temas debatidos nas reuniões destes órgãos têm abrangido desde a manutenção da paz nos Balcãs, a gestão de crises e a não proliferação de armas de destruição maciça até à conversão das indústrias de defesa, a protecção ambiental e o planeamento de emergências civis.

Em 2002, os Aliados e a Rússia estabeleceram um relacionamento mais profundo e mais estreito com a criação do Conselho OTAN-Rússia, que substituiu o Conselho Conjunto Permanente. Isto envolveu muito mais do que uma mudança de nome e colocou o relacionamento numa base inteiramente nova. O novo fórum, em que os países participam em pé de igualdade, é presidido pelo Secretário-Geral da OTAN e identificou, como áreas essenciais de cooperação, a luta contra o terrorismo, a gestão de crises e a não proliferação de armas de destruição maciça. Como no Conselho do Atlântico Norte, as decisões no Conselho OTAN-Rússia são tomadas com base no consenso.





o *alargamento* da **OTAN**



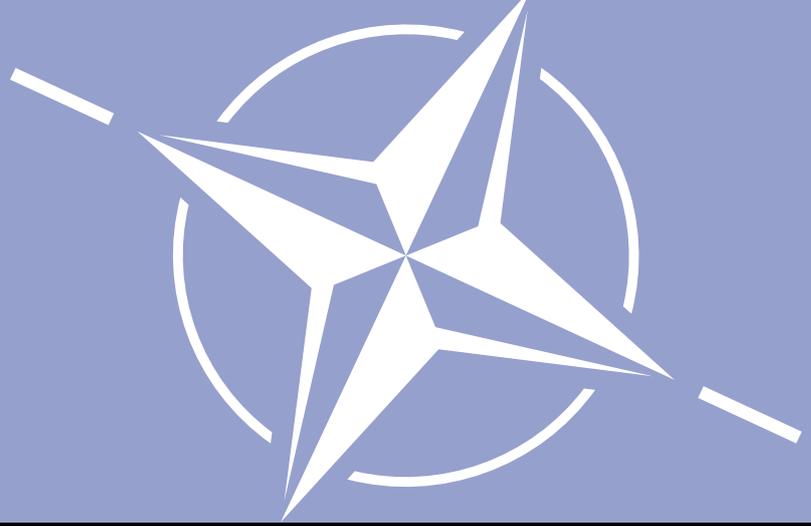
A OTAN NO SÉCULO XXI

A partir do início dos anos 90, alguns países da Europa de Leste chegaram à conclusão de que a melhor maneira de dar uma resposta adequada aos seus interesses futuros em matéria de segurança seria aderirem à OTAN e manifestaram a sua intenção de se tornarem membros. Três antigos países Parceiros – República Checa, Hungria e Polónia – tornaram-se membros em Março de 1999, elevando para 19 o número de países membros. Na Cimeira de Praga da Aliança em Novembro de 2002, mais sete países – Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia – foram convidados a iniciar conversações de adesão. Aderiram formalmente à Aliança no fim de Março de 2004.

Os sete novos membros e outros candidatos à OTAN beneficiaram dum Plano de Acção para a Adesão que foi posto em vigor em 1999 para auxiliar os países Parceiros interessados a prepararem-se para a adesão. O plano oferece aos candidatos a membros aconselhamento prático e auxílio objectivado. Espera-se que, pelo seu lado, os candidatos a membros satisfaçam certas condições políticas, incluindo a resolução pacífica de litígios territoriais, o respeito pelos procedimentos democráticos e pelo primado do direito, e o controlo democrático das suas forças armadas. A participação no plano não dá qualquer garantia de adesão futura, mas ajuda os países a adaptar as suas forças armadas e a prepararem-se para as

▲▲ **Dirigentes da OTAN e o então Secretário-Geral Javier Solana na Cimeira de Washington**

▲ **Novos Aliados em serviço de manutenção da paz**



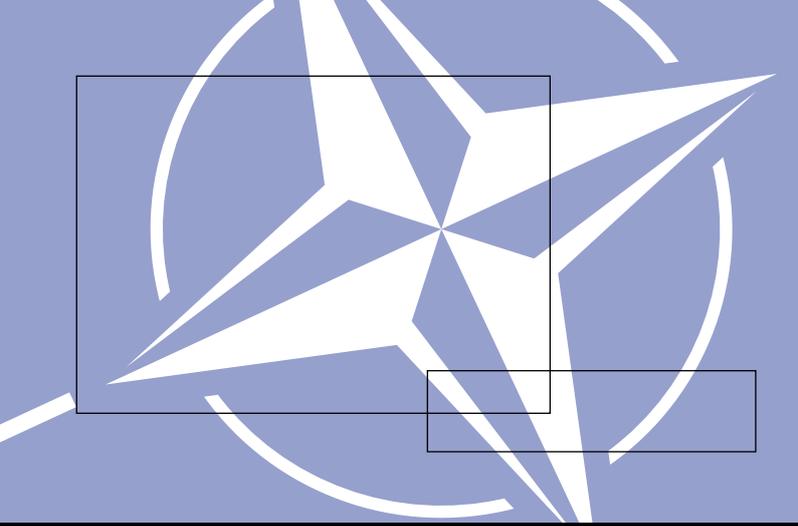
obrigações e responsabilidades inerentes à qualidade de membros da Aliança.

Os governos dos países da OTAN tornaram claro que o alargamento da Aliança não constitui um objectivo em si mesmo, mas um meio para estender ainda mais a segurança da OTAN e tornar mais estável a Europa no seu conjunto. O processo de alargamento contribui para evitar conflitos, pois a própria perspectiva da adesão serve de incentivo para os países candidatos resolverem litígios com os seus vizinhos e avançarem com reformas e a democratização. Além disso, os novos membros deverão não apenas beneficiar das vantagens da adesão, deverão também contribuir para a segurança geral de todos os países membros. Por outras palavras, devem ser fornecedores bem como consumidores de segurança.



▲ Cerimónia do içar da bandeira de novos membros

◀ Assinatura de protocolos de acesso



A OTAN nos *Balcãs*

Após a desintegração da ex-Jugoslávia, a Aliança tem vindo a concentrar muita atenção e energia nos Balcãs. A OTAN interveio aí militarmente para pôr fim ou impedir um conflito em três ocasiões – na Bósnia-Herzegovina em 1995, no Kosovo em 1999 e na ex-República Jugoslava da Macedónia* em 2001 – e está actualmente a dirigir duas missões de manutenção da paz, a Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia-Herzegovina e a Força do Kosovo (KFOR) na província do Kosovo no Sul da Sérvia. As duas missões destinam-se a garantir um ambiente seguro, no qual todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, possam viver em paz e onde, com a ajuda internacional, a democracia se possa começar a desenvolver.

As forças de manutenção da paz da OTAN chegaram à Bósnia-Herzegovina em Dezembro de 1995 e ao Kosovo em Junho de 1999, juntamente com militares de muitos países Parceiros, incluindo a Rússia e a Ucrânia. Nas duas regiões, a OTAN esteve fortemente envolvida em operações militares para ajudar a pôr fim a combates em grande escala. Na Bósnia-Herzegovina, os Aliados da OTAN efectuaram operações aéreas contra forças sérvias bósnias em Agosto e Setembro de 1995. Esta acção contribuiu para alterar o equilíbrio de poder entre as partes no terreno e convenceu os dirigentes sérvios bósnios a aceitar o acordo de paz, que tinha sido negociado em Dayton, Ohio.

A SFOR tem um mandato da ONU não apenas para manter a paz na Bósnia-Herzegovina mas também para, onde necessário, a impor. Como a situação da segurança melhorou, o número de militares destacados na Bósnia-Herzegovina foi reduzido. Ao mesmo tempo, a natureza da tarefa evoluiu. Actualmente, a SFOR, ajuda os refugiados e as pessoas deslocadas a regressar às suas casas e procura os suspeitos de crimes de guerra para os apresentar à justiça. A SFOR também está a contribuir para a reforma das forças armadas bósnias – divididas no fim das hostilidades em três exércitos rivais de etnias diferentes (bósnios muçulmanos, croatas e sérvios) – para evitar qualquer risco de reatamento do conflito.

A intervenção militar da OTAN no Kosovo deu-se após mais de um ano duma escalada de violência, de risco crescente de alargamento do conflito a toda a região e de repetidas violações por Belgrado das resoluções do Conselho de Segurança da ONU que exigiam o fim da repressão exercida sobre a população albanesa do Kosovo. Em Março de 1999, a





▲ Soldado francês de manutenção da paz em Sarajevo

Aliança decidiu lançar uma campanha aérea contra as estruturas militares e paramilitares do governo jugoslavo responsáveis pela repressão. A decisão foi tomada depois de esgotadas todas as outras opções e de as conversações de paz não terem conseguido de novo superar a intransigência de Belgrado. Face à incapacidade do Conselho de Segurança da ONU para agir de forma a garantir que as suas resoluções relativas ao conflito fossem respeitadas, os países da OTAN concluíram que a sua única opção era recorrer a meios militares para pôr fim a uma catástrofe humanitária e repor a estabilidade na região. A campanha aérea duraria 78 dias.

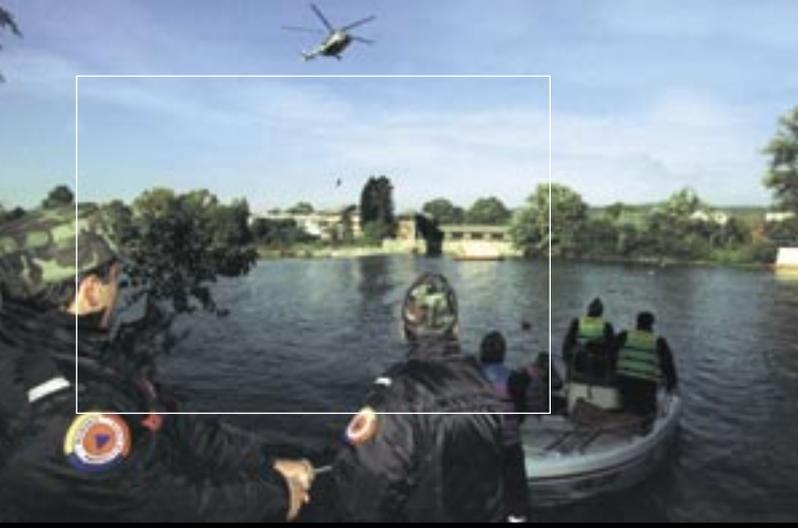
Apesar do intenso debate político sobre a intervenção da Aliança, a medida tomada resultou na criação das condições fundamentais necessárias para começar a reconstrução. Estas eram o fim de todas as acções militares pelas partes envolvidas no conflito; a retirada do Kosovo do Exército Jugoslavo, da polícia e das forças paramilitares sérvias; um acordo sobre o regresso incondicional e em segurança dos refugiados e das pessoas deslocadas; e a

garantia duma vontade de todas as partes de procurar um acordo político para o Kosovo.

O mandato da KFOR resulta dum acordo técnico-militar assinado pela OTAN e pelos comandantes jugoslavos e da Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, ambos de Junho de 1999. A KFOR é assim responsável por evitar o reatamento das hostilidades, pela criação dum ambiente seguro e pela desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo. Além disso, a força dirigida pela OTAN apoia o esforço humanitário internacional e colabora com a presença civil internacional, a Missão de Administração Provisória da ONU no Kosovo (UNMIK), para criar um ambiente estável para desenvolvimento futuro da província.

Na ex-República Jugoslava da Macedónia*, a OTAN satisfez em Agosto de 2001 um pedido do presidente do país para desarmar os grupos de etnia albanesa cujas actividades ameaçavam a segurança e estabilidade do país. Esta intervenção seguiu-se a um acordo político entre representantes da comunidade de etnia albanesa do país e o governo em que foram intermediários enviados especiais de várias organizações internacionais, incluindo a OTAN, e dos Estados Unidos. Desta forma, cerca de 3 500 militares da OTAN recolheram perto de 4 000 armas durante uma missão de 30 dias. Esta acção e uma subsequente presença mais pequena da OTAN ajudaram a pôr fim ao conflito civil e a preparar o terreno para a reconciliação e reconstrução do país. A pedido de Skopje, as tropas da OTAN permaneceram na ex-República Jugoslava da Macedónia* dando protecção aos monitores da União Europeia e da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa até ao fim de Março de 2003, altura em que a missão foi assumida pela União Europeia.

* A Turquia reconhece a República da Macedónia com o seu nome constitucional



A cobertura dada pelos media à OTAN dá, inevitavelmente, ênfase à diplomacia de alto nível, às cimeiras da Aliança e às campanhas militares. Mas a maior parte das actividades da Aliança desenvolvem-se fora do alarde da publicidade. A OTAN está diariamente envolvida numa série de projectos visando a melhoria do ambiente de segurança da Europa. Estes incluem a ajuda à reforma das forças armadas da Europa de Leste, a criação de programas para reciclar antigos oficiais para a vida civil e o apoio à desminagem e à inactivação de munições obsoletas.



A OTAN NO SÉCULO XXI

As outras *actividades* da **OTAN**

Além disso, a OTAN intervém activamente na coordenação da ajuda humanitária. Em 1999, a Aliança inaugurou um Centro Euro-Atlântico de Coordenação da Reacção a Catástrofes, através do qual pode coordenar operações de emergência e de auxílio no caso de catástrofes, tanto naturais como provocadas pelo homem. A OTAN esteve, por exemplo, profundamente envolvida na coordenação da prestação de auxílio aos refugiados que fugiam aos combates no Kosovo em 1999, prestou auxílio às vítimas de inundações e sismos em vários países, incluindo alguns da Europa Central durante o Verão de 2002, e ajudou a Turquia a preparar medidas de planeamento de emergências civis para proteger a sua população da possibilidade de ataque com armas de destruição maciça durante a guerra do Iraque em 2003.

A OTAN também tem um Programa Científico que apoia a colaboração no domínio da ciência civil entre cientistas de membros da OTAN e de países Parceiros. Cerca de 10 000 cientistas participam anualmente de várias formas em acontecimentos e projectos apoiados pelo programa, incluindo iniciativas para melhorar as redes informáticas e alargar o acesso à internet da comunidade científica do Cáucaso e da Ásia Central. Além disso, de acordo com a alteração das prioridades da OTAN depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, o programa está a evoluir crescentemente no sentido do apoio à colaboração em projectos de investigação relacionados com a defesa contra o terrorismo e o combate a outras ameaças à sociedade actual.

▲ Preparação para emergências civis

◀ Investigação financiada pela OTAN no Mar Negro

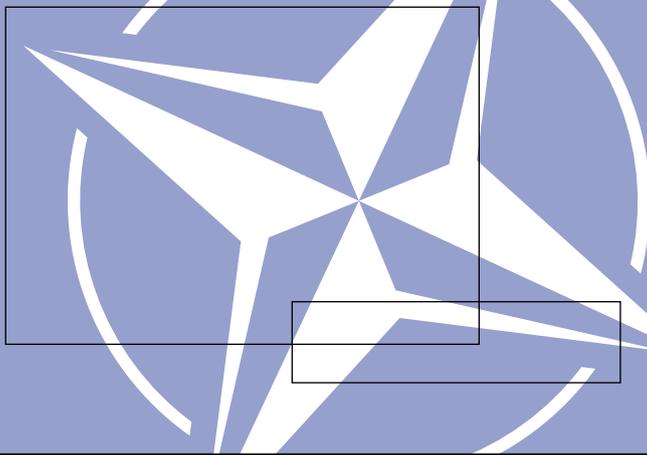
O vínculo transatlântico

para reflectir a alteração das circunstâncias. Como desapareceu a divisão política da Europa e a União Europeia começou a desenvolver uma política externa e de segurança comum, a Europa tornou-se progressivamente um interveniente mais importante nos assuntos internacionais. Assim, a União Europeia substituiu a OTAN na missão na ex-República Jugoslava da Macedónia* no final de Março de 2003.

O compromisso assumido por todos os Aliados em relação aos outros ao tornarem-se membros da OTAN, que é consagrado no Artigo 5 do Tratado de Washington, designadamente de defesa mútua no caso duma agressão militar contra qualquer deles, foi concebido inicialmente como uma forma de vincular a América do Norte à defesa da Europa Ocidental. Contudo, aconteceu que o Artigo 5 foi invocado pela primeira vez na história da OTAN em resposta aos ataques terroristas contra os Estados Unidos de 11 de Setembro de 2001. Desde então, os Aliados europeus e o Canadá têm procurado, dentro das suas capacidades, ajudar os Estados Unidos e participar na luta contra o terrorismo.

Actualmente, os Aliados europeus e norte-americanos da OTAN formam uma comunidade transatlântica alargada, abrangendo os aspectos político, económico e de segurança. Esta comunidade baseia-se na interdependência e em valores e interesses comuns. Embora as diferentes posições nacionais façam com que os Aliados nem sempre estejam de acordo sobre a acção a tomar face a interesses comuns, o objectivo da OTAN é facilitar as consultas e os debates entre eles para se poder conseguir um consenso sempre que possível. Assim, os membros da OTAN trabalham conjuntamente para enfrentar uma agenda transatlântica cada vez mais vasta, que inclui levar a paz ao Sueste Europeu e estabilizar as novas democracias para combater o terrorismo internacional e evitar a proliferação das armas de destruição maciça.

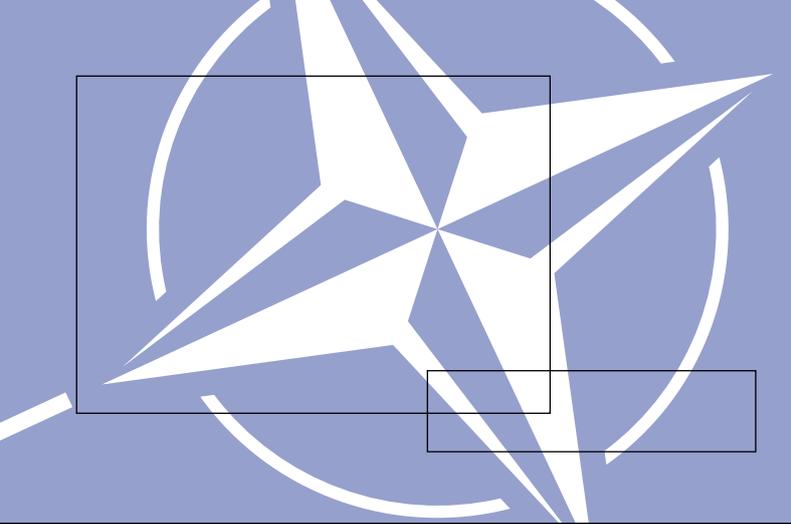
* A Turquia reconhece a República da Macedónia com o seu nome constitucional



▲ Jaap de Hoop Scheffer e o Secretário de Estado dos EUA Colin Powell

O relacionamento entre a Europa e a América do Norte está no âmago da Aliança Atlântica. Com o decorrer dos anos, este relacionamento, como qualquer relacionamento construtivo, teve os seus altos e baixos e evoluiu em função das mudanças das circunstâncias externas. A seguir à Segunda Guerra Mundial, a economia europeia estava em dificuldade, tornando os membros europeus da OTAN altamente dependentes dos Estados Unidos. O presidente Truman e outros dirigentes políticos americanos, na altura da concepção da OTAN, visavam não só criar um parceiro europeu próspero e democrático mas também ajudar a construir uma estrutura que servisse os interesses legítimos da América do Norte em matéria de segurança. Além disso, a sua liderança neste período agiu como um catalisador económico e militar para a recuperação da Europa, servindo para canalizar as energias criativas da Europa para a reconstrução e a reconciliação e proporcionando as condições que possibilitariam o eventual desenvolvimento da União Europeia.

Nos anos seguintes, à medida que a Europa ia ficando mais forte e mais unida, o relacionamento transatlântico foi evoluindo



Transformar a Aliança

Como o ambiente de segurança continua a mudar, a Aliança deve transformar-se para continuar a ser eficaz. Tem que encontrar um novo equilíbrio entre enfrentar as suas missões tradicionais centradas na Europa e combater as novas ameaças mundiais. Também tem que adquirir as capacidades militares necessárias para desempenhar as suas novas missões, incluindo a aptidão para reagir com rapidez e flexibilidade aos novos desafios. Em todas estas áreas, a Cimeira de Praga pôs em movimento um processo de transformação para garantir que a OTAN seja capaz de enfrentar com tanta eficácia os desafios em matéria de segurança do século XXI como aconteceu com as ameaças do passado.

O papel da OTAN no combate ao terrorismo foi melhorado em Praga com o desenvolvimento dum conceito militar contra o terrorismo, de capacidades militares específicas para implementar esta nova missão, do acordo sobre um Plano de Acção da Parceria contra o terrorismo e duma decisão declarada de agir em apoio da comunidade internacional. Estas medidas abriram o caminho para acções subsequentes, incluindo assumir a responsabilidade pela ISAF no Afeganistão e apoiar a Polónia na administração dum sector no Iraque.

Na Cimeira de Praga, os Aliados assumiram compromissos políticos específicos para melhorar as capacidades em áreas essenciais para as operações militares actuais. Uma vez plenamente implementado, o chamado

▲ Forças da ISAF vigiando Cabul

◀ Inauguração do Comando Aliado para a Transformação





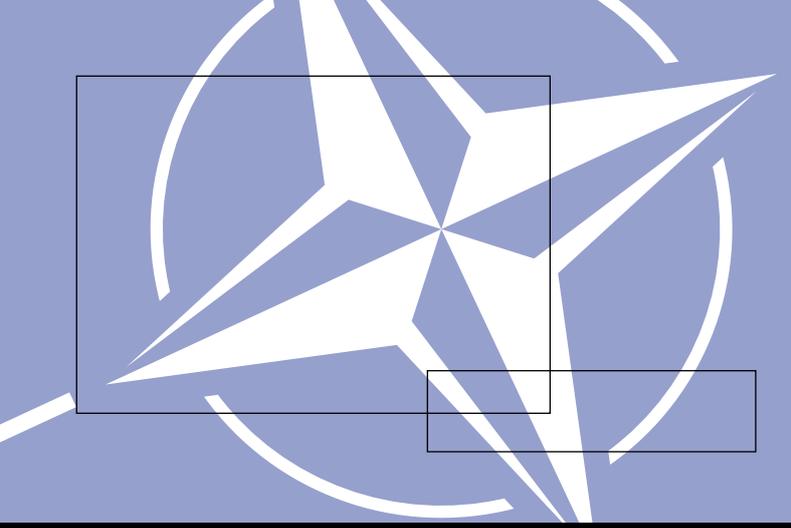
▲ Reabastecimento em voo

Compromisso das Capacidades de Praga quadruplicará o número de grandes aviões de transporte de tropas na Europa; criará uma esquadra de aviões de reabastecimento em voo; assegurará que a maior parte das forças de alta prontidão da OTAN disporá de equipamento de defesa química, radiológica, biológica e nuclear; e aumentará em cerca de 40% os arsenais, não dos EUA, de munições guiadas com precisão de lançamento aéreo. Ao mesmo tempo, os Aliados acordaram em criar uma Força de Reacção da OTAN tecnologicamente avançada capaz de se deslocar rapidamente para onde seja necessário e para servir de catalisador para promover melhorias nas capacidades militares da Aliança e para a sua permanente transformação. E aprovaram o projecto duma nova estrutura de comando militar mais reduzida e mais eficaz. No futuro, a OTAN terá um comando estratégico para operações baseado na Bélgica e um

comando estratégico para a transformação nos Estados Unidos com uma presença na Europa. Este último será responsável pela transformação em curso das capacidades militares da Aliança.

Desde Março de 2004, a OTAN tem 26 membros. Contudo, até recentemente, os métodos de trabalho da organização continuavam a ser, sem grandes mudanças, os que foram desenvolvidos no início dos anos 50 para uma Aliança de 12 membros. Para funcionar com eficácia no novo ambiente estratégico, os países membros reconheceram a necessidade duma maior flexibilidade e duma redução das estruturas burocráticas. De novo, a Cimeira de Praga fez um forte arranque neste sentido. O número de comités, anteriormente de 467, foi reduzido em 30%. Mais decisões serão tomadas pelos comités subordinados, deixando o Conselho do Atlântico Norte mais liberto para se concentrar nas questões estratégicas, embora mantendo a sua responsabilidade geral pelo processo de tomada de decisões da Aliança. Os procedimentos para as reuniões ministeriais também foram simplificados para deixar mais tempo para debates concretos. Estas mudanças destinam-se a, com o tempo, conseguir uma estrutura de trabalho mais actualizada e eficaz no seio da Aliança.

As numerosas reformas, iniciativas e programas acordados em Praga constituirão o núcleo das actividades da Aliança durante vários anos, com ênfase em medidas realistas e exequíveis compatíveis com a necessidade de garantir a segurança do território, população e forças dos membros da OTAN contra todas as ameaças e desafios.



Rumo ao futuro

Na primeira década do século XXI, a OTAN evoluiu consideravelmente a partir da aliança de segurança criada em 1949. Durante o mais de meio século da sua existência, tanto a Aliança como o mundo em geral desenvolveram-se numa forma que os fundadores da OTAN não poderiam ter imaginado. A OTAN também evoluiu numa instituição que defendeu a Europa Ocidental durante as quatro décadas da Guerra Fria, ou mesmo da que assistiu à mudança da Europa pós Guerra Fria nos anos 90. Com a integração de novos países membros, é inevitável uma contínua adaptação para conciliar os interesses do maior número de membros sem prejudicar a aptidão da Aliança para tomar decisões de forma atempada. Na verdade, como o ambiente estratégico continua a mudar, o ritmo da evolução da OTAN terá que aumentar para enfrentar as novas ameaças.

Embora a natureza das ameaças enfrentadas pelos países membros e a forma como a OTAN lida com elas estejam a mudar, os princípios básicos da cooperação no seio da Aliança continuam fiéis aos princípios do Tratado de Washington. A OTAN proporciona um quadro político-militar transatlântico para a gestão dos desafios em matéria de segurança, concatenando os interesses europeus e norte-americanos bem como equilibrando-os com os dos vários países membros.



A OTAN NO SÉCULO XXI



A transformação em curso da OTAN faz parte dum processo concebido para reforçar a segurança dos países membros da Aliança e a estabilidade e prosperidade futuras da área euro-atlântica no seu conjunto. Depois da Cimeira de Praga, os Aliados têm intensificado os esforços para adaptar a OTAN aos desafios actuais – defesa dos valores comuns como respeito pela democracia e pelos direitos do homem; combate ao terrorismo internacional e à ameaça representada pela proliferação das armas de destruição maciça; construção de laços de segurança com a Rússia e a Ucrânia; maior desenvolvimento das bases para uma cooperação estreita com outros países Parceiros; e, quando as outras vias tiverem sido esgotadas, agir como um instrumento eficaz para gerir crises e garantir que os efeitos dos conflitos não alastrem para fora das fronteiras ou ameacem a estabilidade geral. É uma tarefa abrangente que depende da ajuda e apoio da opinião pública, tanto nos países membros como nos países Parceiros, relutante em aceitar a política de conflitos e decidida a construir a segurança baseada na compreensão e cooperação em proveito das gerações futuras.





NATO Public Diplomacy Division /
Division Diplomatie publique de l'OTAN

1110 Brussels / Bruxelles
Belgium / Belgique

Web site: www.nato.int
Site web: www.otan.nato.int
E-mail: natodoc@hq.nato.int